



Ata da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, de 8 de julho de 2024

Ao oitavo dia do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, nesta vila da Lousã, reuniu no auditório do Museu Álvaro Viana de Lemos, o Conselho Municipal de Educação da Lousã (adiante designado CMEL) com a presença dos seguintes representantes: — da Câmara Municipal da Lousã (Vereadora Henriqueta Oliveira da Direção do Agrupamento de Escolas da Lousã - adiante AEL (Olga Quaresma); da STATUS – Escola Profissional da Lousã – Direção (Luís Fernandes); da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Centro (Rigoberto Correia); do pessoal docente do Pré-Escolar (Maria Guilhermina Antunes); das Juntas de Freguesia do Concelho (Helena Correia); das IPSS – Activar (Fernanda Vaz); do Conselho Pedagógico do AEL (Susana Lucas); da ARCIL (João Canossa Dias), do pessoal docente do Ensino Básico (Miguel Matos) e das Associações de Pais (Elisabete Pires, Manuela Lopes e Raquel Faria) e da GNR da Lousã (Carla Vieira); da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Isaura Mendes); dos Serviços Públicos da Juventude e Desporto do Instituto Português do Desporto e da Juventude - adiante IPDJ (Celeste Moura), estas duas últimas por videoconferência.

Não estiveram presentes os representantes: do pessoal docente do Ensino Secundário; da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã; do Conselho Municipal de Juventude – representantes da Associação de Estudantes da STATUS - Escola Profissional da Lousã, da Assembleia Municipal; do Centro de Saúde da Lousã; do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social; dos Serviços de Emprego e Formação Profissional da Lousã.

Às 14h30 deu-se início aos trabalhos. _____

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 - Informações e balanço, na generalidade, do ano letivo 23/24;
- 2 - Ano letivo 24/25:
 - 2.1 Aprovação do Plano de Transportes;
 - 2.2 Escola a tempo inteiro;
 - 2.3 Outros projetos;
 - 2.4 - Atividades de abertura do ano letivo 24/25 - Câmara Municipal da Lousã;
- 3 - Outros Assuntos

A Vereadora do Pelouro da Educação, Henriqueta Oliveira, saúda os presentes e começa por identificar, de uma forma breve, a Ordem de Trabalhos para a reunião, reforçando que reconhece que é ainda precoce fazer um balanço mais exaustivo do que foi o ano letivo 2023/2024. A reunião de hoje terá o objetivo de apresentar de forma mais resumida os projetos desenvolvidos pela autarquia, sendo que no próximo CMEL haverá essa possibilidade por parte dos restantes conselheiros que o pretendam fazer. Questionando se há alguém que queira intervir, dá a palavra a João Canossa da ARCIL que faz uma breve apresentação de algumas respostas por parte da ARCIL ao longo deste ano letivo e o que se perspetiva para o próximo. (apresentação em anexo). No que diz respeito ao Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), reforça que a estabilidade da Equipa Técnica continua a ser uma preocupação, tal como a abrangência da resposta, uma vez que continua a não se possível apoiar todos os alunos que necessitam destas respostas. Face a estas dificuldades está a ser avaliado se o Programa continuará

no próximo ano letivo, uma vez que neste momento a instituição está com saldo negativo e o Programa traz prejuízo que afeta não só o CRI, mas toda a instituição. No que diz respeito à resposta do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), existem as mesmas dificuldades ao nível dos recursos, que face às necessidades de cada escola, estes são em número reduzido. Reforça também que estão a trabalhar na implementação de um modelo de ATL inclusivo, e que nesse sentido haverá no início do próximo ano letivo um conjunto de debates para discutir este tema, ficando o convite já feito à autarquia para estar presente. Identifica também que há cada vez mais problemas e questões comportamentais em ATL, e que o facto de as famílias não puderem entrar no espaço escola, torna mais difícil a relação com os pais e dificulta a aproximação com a Equipa.

Terminada esta apresentação, a Sra. Vereadora pergunta se há alguma questão que queira ser colocada, acrescentando que este é um problema e uma preocupação da autarquia, e que já aconteceram reuniões com a Segurança Social, com o Ministério da Educação e com a Associação Nacional de Municípios sobre a questão dos prolongamentos e da resposta em ATL ser também para as crianças com necessidades educativas. Neste momento a Câmara faz um investimento muito grande para esta resposta ser dada e que de facto esta é uma situação que existe em vários municípios. Não há indicação de resposta para esta situação em concreto e a única resposta que avançou foi um desbloqueio no rácio de assistentes operacionais nas escolas relativamente ao que é também a majoração para crianças com necessidades educativas especiais. A representante da Activar, Fernanda Vaz, intervém dizendo que enquanto Activar gostariam também de participar no debate promovido pela Arcil. A representante do Conselho Pedagógico, Susana Lucas, pede para intervir, dizendo que este é também um problema que coloca em causa os direitos das crianças, quer no período escolar, quer fora dele, e não se está a dar a mesma oportunidade a todas as crianças. Afirmo que de facto, deve se congratular a Lousã por todo o trabalho que tem vindo a fazer, até porque são cada vez mais os alunos com necessidades educativas no Agrupamento de Escolas que vêm fora do concelho, mas lamenta as respostas que não são ainda possíveis de dar, reforçando a importância deste debate. A representante do Pré-escolar, Maria Guilhermina, reforça também que neste nível de ensino, esta é também uma preocupação no que diz respeito a recursos humanos nas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) onde há um elevado número de crianças com necessidades educativas específicas. A Sra. Vereadora dá conhecimento que existe uma criança que frequenta o Programa Férias Ativas, que é invisual, e que embora não frequente nenhum estabelecimento de ensino na Lousã, vive no concelho, e foi solicitado este apoio durante a pausa letiva, e que este está a ser também um esforço por parte da autarquia. Relativamente às AAAF há de facto uma participação da Segurança Social, mas esta não prevê a necessidade de aumento de recursos humanos e tem de ser a Câmara a avançar com a resposta possível.

Toma a palavra a Subdiretora do Agrupamento de Escolas da Lousã, Olga Quaresma, que relativamente ao balanço do ano letivo 23/24, e mais especificamente ao final do semestre, dá a indicação que foram realizadas as reuniões de avaliação e as reuniões para a análise dos resultados das atividades dos grupos de trabalho. Informa também que o Conselho Pedagógico irá ainda reunir dia dezasseis de julho e será nesse momento que será feita a avaliação global do ano letivo. Das reuniões de avaliação que tiveram lugar, dos resultados do 9.º ano é possível verificar que relativamente a anos anteriores estão a baixar. Refere que ao longo do ano houve bastantes dificuldades na substituição de docentes e houve também algumas dificuldades relativamente ao absentismo das assistentes operacionais, que embora tenha sido feito um esforço por parte da autarquia em substituir recursos quando estes faltavam a longo prazo, quer com aposentações, quer com a baixas de longa duração, a grande dificuldade está no absentismo diário que é muito difícil de ultrapassar, e que mais uma vez, quem fica mais prejudicado com esta situação são os alunos que precisam de um acompanhamento mais permanente. Refere que é prática da Lousã que todos os transportes escolares tenham a presença de uma Assistente Operacional a fazer o acompanhamento no período da manhã e da tarde, o que faz com que a hora que

despendem no transporte escolar, não estejam na escola, e esta é uma questão que deve também ser discutida e perceber se se deve continuar com esta prática nos transportes escolares. De seguida o Prof. João Cruz faz um pequeno balanço acerca da participação da criança invisual no Programa Férias Ativas, dizendo que até ao momento está ser uma experiência positiva, que a criança está a adaptar-se bem e que, tal como foi conversado coma Encarregada de Educação, a participação e a inscrição nas semanas seguintes de atividades, serão sempre alvo de avaliação tendo em conta os recursos humanos que existem para fazer o acompanhamento e não comprometer a segurança e o bem estar da criança. A Sra. Vereadora avança com o balanço dos projetos e ferramentas que a Câmara Municipal apoiou e financiou ao longo do ano letivo (em anexo). Destaque para a oferta dos cadernos de fichas e material escolar aos alunos do 1.º CEB e alunos do 1.º CEB com escalão A e B, respetivamente. Em relação às refeições, os problemas identificados são os que já existiam, sendo que é perceptível que à medida que os alunos crescem em idade, aumentam também os problemas na utilização do refeitório e a forma como se alimentam. Registaram-se também muitas falhas de marcação de refeições por parte dos pais, quer por inexistência destas ou por efetivamente marcarem e depois os alunos não aparecem para almoçar. A subdiretora Olga Quaresma reforça que a falta de marcação de refeições é abusiva por parte dos Encarregados de Educação, o que significa que todos os dias as refeições são marcadas manualmente para que os alunos não fiquem sem almoçar, estando a falar de cerca de cinquenta a cem refeições marcadas manualmente todos os dias. Ou seja, a funcionária que deveria estar a fazer o seu trabalho, está a marcar refeições que deveriam ter sido marcadas pelos pais. Reforça que ainda que embora os Encarregados de Educação sejam avisados mais do que uma vez, a situação não é resolvida. A Sra. Vereadora informa que a Equipa de Segurança Alimentar irá reunir uma vez mais, para tentar arranjar soluções para esta situação em específico, pois trata-se de algo insustentável e difícil de gerir. O Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Económico intervém dizendo que em termos pedagógicos já se torna difícil colmatar ou reduzir este número de situações e que talvez seja necessária uma atitude mais coerciva para que as coisas se resolvam, tal como já é prática nas candidaturas da Ação Social Escolar, onde o pagamento de uma taxa quando a inscrição não é feita, teve o seu peso para que os pais cumprissem. Este desleixo por parte dos Encarregados de Educação tem um peso enorme no funcionamento dos refeitórios, até mesmo pela própria questão financeira e de recursos humanos. O representante do Ensino Básico, Miguel Gaspar, questiona se existe um padrão, se são casos sistemáticos ou situações excecionais e pontuais. É-lhe respondido que se trata de situações sistemáticas até porque o Regulamento tem essa abrangência para esses esquecimentos excecionais. A Educadora Olga afirma que também há situações pontuais, mas na maioria das vezes são situações sistemáticas. Reforça que a opinião do Agrupamento veio ao encontro do apresentado pelo Dr. Carlos Batista, e que os avisos já foram tantos, quer nas reuniões, quer diretamente aos pais e todos os anos são chamados a atenção para esta situação. E não se trata de situações com famílias com dificuldades financeiras, porque quando são situações dessas, o Agrupamento está sensível a essas questões. A representante do Conselho Pedagógico toma a palavra dizendo que a falta de responsabilidade dos encarregados de educação é transmitida para os alunos, ou seja, se os pais não têm essa responsabilidade também não conseguem incuti-la nos próprios filhos e isto está a ter repercussões a vários níveis e está a ter um impacto muito negativo no desenvolvimento integral dos alunos desde os mais pequenos aos mais crescidos, o que resulta numa falta de autonomia e responsabilidade dos alunos. O João Canossa questiona se não podem ser os alunos, a partir de uma certa idade a marcar as refeições, ao que lhe é respondido que uma vez que não tem saldo nos cartões e quem carrega os cartões são os encarregados de educação o problema mantém-se. O representante da DGEstE refere que este problema que está aqui a ser relatado é um problema comum e discutido em todos os conselhos municipais de educação de todos os municípios, sendo que não se pode prejudicar a criança acabando por dar a refeição e o problema arrasta se ao longo dos anos. A 2.ª Sargente, Carla Vieira

questiona se não pode ser criado ou implementado um plano mensal para marcação das refeições ou até mesmo definir a marcação das refeições no início de cada mês para o mês todo, ao que lhe é respondido por vários representantes que não resolve o problema, porque a falta de responsabilidade dos pais também se verificaria, sendo que é esse o maior problema. A Sra. Vereadora reforça que todos estamos a constatar uma vez mais o que já sabíamos e que este não é um problema só nosso. Se por um lado há questão do desperdício alimentar, que é também transversal a outros municípios, é comum o problema dos recursos humanos e das crianças com necessidades educativas especiais. A Senhora Vereadora diz também que é importante não generalizar, e que se deve tentar perceber quais os fatores que influenciam esta situação, se é de facto só falta de responsabilidade ou se há outros fatores como o ritmo que se vive atualmente com os empregos e trabalhos. Dirige-se ao representante da Status, Luís Fernandes, perguntando se esta é também uma realidade vivida na Status e se o sistema é diferente, ao que lhe é respondido que as refeições podem ser marcadas para o ano letivo inteiro se for essa a intenção. Refere também que problema pelo qual a Escola passa diz respeito às refeições estarem marcadas e depois o aluno não aparecer para almoçar. Uma das representantes dos Encarregados de Educação, Raquel Faria, pergunta se nestas situações é possível penalizar os pais, ao que lhe é respondido que poderia ser com penalização através de coima, mas que o não pagamento dessa coima não traz penalização para os pais e a situação uma vez mais continuaria a arrastar-se. Carlos Batista dá um exemplo do município de Braga, que com uma atitude mais radical, na terceira vez consecutiva em que se verifique a não marcação de refeição, é acionada a CPCJ. A Sra. Vereadora diz que se assim fosse a CPCJ não teria capacidade de resposta para todas estas situações. A mesma representante dos Encarregados de Educação questionou ainda se não é possível a plataforma enviar uma espécie de notificação aos pais para a marcação das refeições. O Dr. Carlos Batista reconhece que não tenho conhecimento se é possível haver esse procedimento através da plataforma, ainda que seja da opinião que não é dever do município relembrar os pais dos seus deveres e obrigações, considera que a solução não passe pelo envio dessa notificação. O representante da Arcil, João Canossa, ainda em relação a este assunto, pergunta se não é possível fazer o procedimento contrário desmarcar a refeição quando o aluno não almoça, ou seja, por defeito as refeições ficam marcadas, e caso a criança não almoça é que é desmarcada. E lhe respondido que para isso é necessário que os encarregados de educação tenham o cartão carregado para poderem efetuar essas marcações, mas que por outro lado, como é referido pelo Professor Miguel Gaspar, isso vai resultar em maior desperdício. A Sra. Vereadora diz que todas estas sugestões irão ficar registadas em ata, e que a Equipa de Segurança Alimentar vai reunir com base nas dificuldades aqui discutidas e uma vez mais tentar encontrar soluções e avisos que possam ser implementados nas Escolas da Lousã. Passando às manutenções dos espaços, a Sra. Vereadora salienta que tem sido dada, na medida do possível e em articulação com as Juntas de Freguesia, as respostas ao que é solicitado, ainda que não seja no ritmo que se gostaria, uma vez que há dificuldades imensas de recursos e mão-de-obra especializada. Refere ainda que está agendada uma visita com a Juntas de Freguesia às escolas para se proceder a um levantamento do que são as necessidades e fazer o máximo de intervenção possível, neste caso específico às escolas que são da competência da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho. A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho aponta que a grande dificuldade sentida ao longo do anos letivos é a substituição de materiais como por exemplo autoclismos e torneiras, e que no caso de a utilização ser feita por crianças pequenas esta dificuldade é ainda mais sentida. A Sra. Vereadora informa que este ano letivo foram substituídos todos os bancos de E.V.T, foi equipada uma sala de educação musical, e foi feito um reforço nas salas do pré-escolar, reforçando que ainda há material pedido no início do ano letivo que ainda não chegou. De seguida deu início a uma breve apresentação dos projetos e ferramentas promovidas e financiadas pela Câmara ao longo do ano letivo começando pelo projeto Toque e Tom, AEC, Classplash, Férias Ativas, projeto Crescer Feliz na Escola, programa MyPolis, programa Eco-Escolas, ferramenta Magos, ferramenta Hypatiamat,

Escola Virtual, Lousã a Programar – HappyCode, plataforma Inovar, plataforma Siga, Ação Social Escolar, Apoio com material escolar, cadernos e fichas de atividades, Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), refeições escolares e lanches, o programa de leite e fruta escolar. Em relação aos projetos será avaliado o impacto destes ao longo do ano letivo e perceber se serão para manter no próximo. Refere também que este ano houve um interregno no programa Realiza.te, da promoção do sucesso educativo, mas que estamos à espera de entrar o Portugal 2030, mas a intenção é que se dê continuidade no início do próximo ano letivo. -----

A subdiretora Olga Quaresma dá nota de alguns pontos relativamente às AAAF, tanto os docentes como os técnicos referem que o balanço é positivo, sendo que nas AEC tenham sido identificados alguns problemas relativamente ao perfil de alguns técnicos e à sua postura nas atividades, sendo que este assunto será abordado na reunião de setembro. Relativamente às AEC esta é também uma preocupação de outros municípios, em que a resposta quer de AEC quer de AAAF, é sempre ao final do dia, dando o exemplo de outras Câmara que têm apenas duas respostas de AEC, e na Lousã existem quatro respostas, o que dificulta a colocação de recursos humanos e a sua manutenção ao longo do ano. A Senhora Vereadora deixa também uma nota de agradecimento a todas as escolas ao nível da programação geral, nomeadamente a programação das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Foi uma colaboração que ultrapassou as expectativas, as escolas envolveram-se nos projetos, houve diferentes manifestações e todos responderam aos desafios. -----

Passou-se de seguida ao ponto 2, nomeadamente a aprovação do Plano de Transportes Escolares. Este foi apresentado de uma forma muito breve pelo técnico João Cruz que identificou as alterações relativamente ao Plano de Transportes do ano letivo anterior, com a eliminação de uma linha, e a reformulação do que são os transportes especiais. Informa também que durante o ano letivo houve, por parte dos munícipes, algumas sugestões e reclamações, que se prendem com atrasos nas viaturas para a EB n.º1 da Lousã, que não são da responsabilidade dos motoristas, mas que está relacionado com o facto de terem de aguardar o estacionamento da viatura no local próprio, a paragem, na EB n.º2, uma vez que os pais param os seus carros de manhã na estrada, impedindo a passagem do autocarro e consequentemente provocando atrasos. O representante da direção da Status pergunta para quando está previsto o início dos transportes escolares. É respondido que está previsto o início as aulas por parte do AEL dia dezasseis de setembro, o que coincide também com o início das aulas da Status, não se verificando assim constrangimentos ao nível dos transportes escolares. É ainda questionado pelo Sr. Luís Fernandes qual a previsão da conclusão das obras do Metro, sendo respondido que a previsão aponta para o final do ano de 2024. A Senhora Vereadora dá nota também de um ponto que terá de ser, no futuro, discutido e avaliado, que se prende com o acompanhamento por parte de assistentes operacionais nos transportes escolares, que apesar de estar incluído nos seus horários, acaba por ser menos uma hora que estão em contexto escolar. Esta é uma questão que deve ser debatida em Conselho Municipal de Educação e se este, efetivamente, entender que não há necessidade de os transportes serem acompanhados por assistentes operacionais, a situação deverá ser revista. A subdiretora Olga Quaresma sugere que uma das soluções encontradas poderá passar por este acompanhamento acontecer nos primeiros meses de início de ano letivo e depois deixar de acontecer. O técnico João Cruz aponta como uma das dificuldades o facto de muitas das vezes, não estar o responsável pela criança, na paragem do autocarro para a receber, perguntando o que se faz depois nestas situações. A representante do Conselho Pedagógico reforça que esta é uma responsabilidade dos pais, e que a Escola não pode continuar a colmatar as falhas dos pais e das suas competências parentais. Miguel Gaspar lembra que com o encerramento das escolas de proximidade, este acompanhamento foi algo que ficou garantido pelas entidades responsáveis. Refere ainda que uma vez que se verificam alguns problemas que surgem durante o ano em relação a bilhetes, passes, entradas e saída e paragens, então percebe-se que este não deve ser o passo para começar com as questões de autonomia. O técnico João Cruz dá também conhecimento de uma auditoria que foi feita aos transportes e que se

verificam algumas diferenças no que diz respeito à postura dos motoristas das viaturas. O representante da ARCIL, João Canossa, refere que para ele não se trata de uma questão de autonomia, mas sim de segurança, e que não deve ser o motorista a controlar o comportamento das crianças, uma vez que a sua função é a de conduzir a viatura. E se efetivamente não está nenhum responsável pela criança para a receber na paragem, então a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens deve ser chamada a intervir quando esta situação ocorrer mais do que uma vez. O Dr. Carlos Batista considera que a solução poderá por passar por este acompanhamento, a longo prazo, deixar de acontecer no período da manhã e uma vez que o período da tarde se trata de um momento mais crítico, este acompanhamento deveria se manter.

A Senhora vereadora reforça que este será um tema a abordar novamente em setembro. Passou-se de seguida à votação de parecer relativamente ao Plano Municipal de Transportes 2023/2024, tendo tido este parecer favorável por parte de todos os conselheiros e que será posteriormente levado à Reunião de Câmara. ———

Relativamente ao ponto seguinte, Escola a Tempo Inteiro, Câmara municipal vai continuar a dar resposta a todas as crianças no que diz respeito às Atividades de Animação e Apoio à Família, estando previsto o aumento de mais duas salas e naturalmente esta resposta estará aberta a mais estes dois grupos. Relativamente às AEC, a oferta é para continuar sendo que este ano letivo será através de protocolo. Ainda em relação às AEC, a questão que se coloca são de facto as faltas, sendo muito complicado no momento gerir este processo. Neste campo da Escola a Tempo Inteiro o absentismo dos assistentes operacionais também é preocupante porque parte da Escola a Tempo Inteiro implica ter as escolas abertas, ter o ATL a funcionar, ter limpezas asseguradas, e para garantir todas estas coisas são necessários recursos humanos. Embora exista a bolsa para recrutamento de efetivos e uma bolsa para recrutamento de temporários, é necessário cumprir os requisitos dessa bolsa. A título de exemplo não é possível fazer uma substituição de um recurso que vai faltar cinco dias porque só o processo de iniciar a substituição demora esses cinco dias. O rácio de funcionários está cumprido, não ao nível do que seria necessário para necessidades educativas especiais, mas ao nível do que está previsto na lei, mas que de facto não é o necessário para dar respostas na educação e promover a escola inclusiva.

Há reforço ao nível do que são os assistentes operacionais e depois há este reforço neste apoio que é dado à ARCIL para poder compensar as respostas do prolongamento e depois também há a majoração que fazemos nas AAAP para poder contemplar este tipo de oferta. A Senhora Vereadora questiona o representante da DGEstE se o rácio será ou não revisto, ao que é respondido que não está prevista essa revisão. Outro problema que a Senhora Vereadora aponta está relacionado com o perfil dos assistentes operacionais que nem sempre são os adequados para trabalhar em contexto de escola. A representante do pré-escolar, Maria Guilhermina Antunes, diz que esta é também uma preocupação sentida neste nível de ensino. As crianças com necessidades educativas especiais e as suas especificidades cada vez vão sendo mais graves, mas há também outra situação que quer deixar registada. Refere que em termos de ensino pré-escolar, estas necessidades também são de saúde, reforçando que existem crianças que necessitam de cuidados muito específicos ao nível da saúde e que requerem também pessoas qualificadas para estar com ela, estando consciente que esta não é uma situação só do pré-escolar, mas que abrange os níveis de ensino. Ainda em relação a este assunto a Senhora Presidente da Junta questiona se em relação ao absentismo existe um padrão, se se trata de situações de saúde se são pessoas que não têm apetência, ao que lhe respondido pela Senhora Vereadora que se estes recursos se encontram de baixa médica temos de acreditar que são por questões de saúde. A Subdiretora Olga refere ainda que em relação às faltas e ao absentismo dos recursos humanos, aquilo que a legislação diz é que se deve ir a uma consulta sempre fora do horário normal de trabalho e que deveria ser esse o princípio cumprido e reforça também que este absentismo não é sentido da mesma forma no ensino pré-escolar, explicando que esta situação vê-se no pré-escolar porque se a assistente operacional faltar a educadora fica sozinha em sala, havendo então esta flexibilidade e esta sensibilidade. A Senhora vereadora refere que este ano letivo a

Escola a Tempo Inteiro funcionará nos mesmos moldes, mas é premente repensar no funcionamento desta valência no futuro. Na ordem de trabalhos a Senhora Vereadora dá conta de outros projetos para o próximo ano letivo, nomeadamente o REALIZA.TE, mais especificamente no combate ao insucesso escolar, com várias áreas a serem trabalhadas, áreas essas discutidas e definidas com o Agrupamento de Escolas da Lousã. Há ainda outros projetos que são paralelos e que o município acompanha, ao nível da Rede de Bibliotecas e da articulação de todos os equipamentos culturais com o Plano Nacional das Artes nas escolas. Dá também nota que no próximo ano entrará em funcionamento dois novos equipamentos, o Teatro Municipal e a Casa Carlos Reis, ambos com um programa educativo próprio e uma oferta transversal para todas as idades. Refere também que este ano letivo contempla o projeto físico da Escola Secundária, e que embora já tenham sido pensadas soluções relativamente a alternativas para estes alunos, alerta que haverá muitos constrangimentos. A título de exemplo, no diz respeito aos refeitórios informa que este ano avançar-se-á para a sustentabilidade das cozinhas escolares. Irá ser dado um primeiro passo e já existe apenas uma cozinha para o Jardim de Infância do Freixo e para o Jardim de Infância das Fontainhas e irá avançar-se também com uma única cozinha para o Jardim de Infância de Serpins e Escola Básica de Casal de Santo António, sendo que já está pensado um plano no que diz respeito ao refeitório quando a Escola Secundária entrar em obras. Informa também que o projeto Escola Básica n.º 2 também está feito mas está ainda a candidatar e que não entrará em funcionamento este ano letivo. A Senhora Vereadora pergunta se há mais intervenções relativamente a projetos, sendo que a subdiretora do Agrupamento de Escolas da Lousã, Olga Quaresma, reforça que é importante continuar com o projeto Mypolis, o Magos com reforço de turmas, a Escola Virtual e o Hypatiamat. A Senhora Vereadora refere que há outros projetos na Lousã que são desenvolvidos dentro das escolas, que têm de começar a ter uma expressão maior, a título de exemplo, o projeto Tuga Space, Rádio Miúdos. O representante da Status, Luís Fernandes dá também nota que no próximo ano letivo vai haver um novo curso, aumentando assim a oferta formativa, designadamente o Curso de Intérprete – Teatro, Música e Dança. Em relação à abertura do novo ano letivo, a Senhora Vereadora diz que ainda não se sabe como vai funcionar, até porque o Agrupamento só terá esta resposta dezasseis de julho, sendo que, da parte da Câmara, serão criados 2 momentos para fazer o acolhimento do que é o corpo docente, e irá ser feito uma apresentação de tudo o que são projetos, programas e equipamentos existentes na Lousã. Por esse motivo informa que será pedido às entidades parceiras uma pequena apresentação sobre o trabalho que é desenvolvido, a fim deste ser apresentado no dia de acolhimento. Desta forma dá nota que é importante saber, por parte do AEL e Status, qual a melhor data para realizar este momento.

Passou-se de seguida ao ponto Outros Assuntos, em que a Senhora Vereadora refere o voto reconhecimento que foi dirigido à Dra. Graça, e refere ainda que foi aprovado hoje ao nível do executivo, o Prémio de Mérito Escolar de final de escolaridade para o Ensino Regular e Profissional, cabendo agora às Escolas comunicar quem é o aluno ou os alunos que estão em condições de receber o prémio, reforçando que se trata de um prémio de final de escolaridade pois o executivo entende que este incentivo não aconteça ao longo da escolaridade mas sim aquando o seu término. Este prémio é um prémio que a Câmara institui, mas que pode estar aberta a mecenato, sendo que neste momento já existiu um contato de uma pessoa interessada em apadrinhar este prémio. O valor será estipulado todos os anos pela Câmara, sendo que na eventualidade existir mecenato o valor será sempre em articulação, podendo haver lugar para alteração deste prémio. O prémio será entregue até ao final do ano civil do ano letivo respeitante. A Subdiretora do Agrupamento de Escolas dá nota de outros assuntos, que em termos de rede escolar há aumento de duas turmas no pré-escolar uma turma no 1.º CEB, houve mais matrículas no 1.º ano do que era expectável. Deixa também uma nota de contestação relativamente a alguns pontos, nomeadamente a sobreposição de exames, provas nacionais e provas de aferição em simultâneo com algumas Escolas estarem em pleno funcionamento, obrigando as escolas a improvisar várias atividades de ocupação; a atribuição, pelo júri nacional de exames, da correção de provas de

aferição a docentes do primeiro ciclo, ainda com atividades letivas até vinte e oito de junho, revelando-se uma sobrecarga de trabalho e uma falta de respeito relativamente a estes docentes; a proposta de calendário escolar, proposta final essa que ainda não saiu, e que mais uma vez se verifica que o pré-escolar e 1.ºCEB vão acabar a 27 de junho. Dá também nota do reforço de crédito para apoio às aprendizagens e ao aumento de alunos imigrantes. Outro problema identificado é a colocação de professores, que a tutela tem conhecimento e que é algo que acontece todos os anos. A Senhora Vereadora agenda o próximo CMEL para dia 25 de setembro pelas 14 horas. Por unanimidade, a ata da reunião anterior foi aprovada em minuta. -----
Não havendo mais assuntos a tratar, a Vereadora agradece e encerra a reunião pelas 16h45. -----

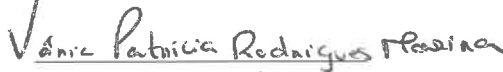
A presente ata vai ser assinada pelo Senhora Vereadora da Câmara Municipal da Lousã e por mim, Vânia Moreira, secretária do CMEL. -----

A VEREADORA DA EDUCAÇÃO



Henriqueta Oliveira

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO



Vânia Moreira